



Semiárido Brasileiro, 24 de novembro de 2010

Excelentíssima Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff

O Semiárido Brasileiro atinge cerca de 975 mil quilômetros quadrados, compreendendo 1.133 municípios de nove estados e nele vivem cerca de 22 milhões de pessoas. (ASA - 2009(1):_3-4.). A realidade do Semiárido é marcada por vários aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais que, em conjunto, são responsáveis pela marginalização do seu povo.

As estatísticas são fortes o suficiente para demonstrar a concentração de terras, em todo tipo de empreendimento, desde as fazendas mais tradicionais aos perímetros irrigados. Essa concentração gera, basicamente, duas situações de exclusão para os agricultores e agricultoras familiares: a) inúmeras pequenas e minipropriedades rurais que são inviáveis justamente por não garantirem aos agricultores a extensão de terra necessária para a produção de alimentos, b) a enorme massa de trabalhadores sem terra, explorados e sem ter como viver.

À concentração de terras se somou, e ainda se soma, àquela das águas, materializada nos grandes projetos e obras de combate à seca, na sua maioria voltadas para a construção de reservatórios em terras particulares, onde a água era, e ainda é, cercada, excluindo os mais necessitados e as famílias esparsas de terem acesso a esse recurso essencial e direito humano básico.

Deste modo, inúmeras famílias ainda são abastecidas pelos carros pipas, bebendo lama e águas impuras, contraindo todo tipo de doenças e dependentes, até mesmo da venda de seu voto, para saciar a sede. Esse



quadro econômico era, e em determinados casos ainda o é, reforçado pelas políticas assistencialistas dirigidas ao Semiárido, aliadas a ações que, criminosamente, objetivavam marginalizar, explorar seu povo e manter o poder político e explorador das oligarquias.

Nesse contexto, como que a buscar álibis para essa orquestração injusta e exploradora, costuma-se afirmar que uma das questões chave do Semiárido é a falta de chuva. O problema, contudo, não reside apenas na possível inexistência de água suficiente, mas no fato de chover apenas um período do ano e de modo concentrado. A essa característica somam-se os processos inadequados de armazenamento e o alto índice de evapotranspiração, a falta de uma assistência técnica adequada e programas estruturantes que garantam que a agricultura familiar, em processos adequados, produza, seus produtos sejam adquiridos, as pessoas sejam incluídas.

O Semiárido, além disso, há muito é tratado como inviável e seu povo como incapaz. Durante muito tempo, e ainda nos dias de hoje, muitas políticas oficiais destinadas à região foram aquelas denominadas de “combate à seca”. O marco final dessas políticas sempre foi a concentração da terra, das águas, do conhecimento e a exclusão do povo mais simples e mais pobre.

Ultimamente, porém, novos modos de ver, considerar e agir no Semiárido estão surgindo. Nasce, assim, a proposta política e técnica de **convivência com o Semiárido**. Na gestação desta nova perspectiva, os movimentos sociais desempenharam papel estratégico. Assim, fruto dos acúmulos, em 1999, em Recife, muitos destes movimentos se organizaram em uma articulação, com princípios, propostas de ações e metodologias de convivência com o Semiárido. **Nasce a Articulação no Semi-Árido Brasileiro, a ASA.**



AS MUDANCAS DE RUMO

O Governo do Presidente Lula, nos seus quase oito anos de atuação, a partir de uma determinação política de governar ouvindo e debatendo com os movimentos sociais, desenvolveu políticas e programas que vêm superando e rompendo com o quadro de insegurança alimentar, dependência política e subdesenvolvimento que grassa no Semiárido e, para isso, algumas ações e espaços de gestão foram estratégicos:

1. Foi implantada uma rede de cisternas para captação de água para consumo humano, que hoje alcança cerca de 450 mil famílias, atingindo aproximadamente 2 milhões de pessoas, constituindo-se em significativo processo de armazenamento descentralizado de água, servindo especialmente aos mais necessitados. Trata-se da maior estrutura hídrica descentralizada jamais construída na região. Esta experiência foi desenvolvida, basicamente, em parceria com a ASA, unindo a capacidade de propor e executar políticas da sociedade civil, com a decisão política de governar com grande grau de participação da sociedade civil, que caracterizou o Governo Lula;
2. Do mesmo modo, a rede de captação de água da chuva para produção de alimentos tem sido capaz de reverter a situação de insegurança alimentar de milhares de pessoas;
3. Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - por meio do qual se estabelecem relações de caráter estruturante e emancipatório com as organizações, cooperativas, associações e movimentos sociais do campo - juntamente com o Luz para Todos no Campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), caracteriza um rol de políticas inovadoras e estruturantes, criadas e implantadas nos governos do Presidente Lula. O PAA, operacionalizado pela Conab, fortalece as organizações da agricultura familiar, reforma agrária e povos e comunidades tradicionais;



4. Ações estratégicas de crédito e assistência técnica adequados ao Semiárido, configurando-se gradativamente um processo de assistência técnica e extensão rural constante, sistemático, nunca antes existente. Nestes dias vê-se, gradativamente, a implementação da Lei de ATER, que a nosso ver, mudará a cara da assistência técnica e da agricultura familiar no Semiárido;
5. Processos de assistência social e alimentar, com a implantação do SUAS e de um conjunto imenso de ações e programas, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, que garantem vida mais digna para as populações mais pobres e vulneráveis, processos estes que garantem a vida e a segurança alimentar das pessoas;
6. O Bolsa Família, que tem levado a milhões de pessoas a possibilidade de alimentação e vida melhor, com ênfase para as pessoas residentes no Semiárido, criando condições para essa população sair da situação de miserabilidade, para ter a real condição de se alimentar com qualidade, no mínimo três vezes ao dia, confirmando a realização da política criada pelo Presidente Lula.

Estas e outras ações e políticas, que não vem ao caso analisar e citar aqui de modo mais extenso, efetivamente, vêm mudando o quadro do Semiárido. O desafio que se coloca no momento é aquele, não apenas de manter este processo de implementações, mas de aprofundá-lo, para que possamos efetivamente vencer a fome e incluir todos os brasileiros no desenvolvimento.

Olhando a realidade por esta perspectiva vemos que:

1. O MDS, além de ser mantido, deve ser fortalecido, e tem ante si o desafio fundamental de enraizar processos e ampliar metas de programas que incidam diretamente sobre a população, melhorando suas condições de vida. A título de exemplo, dir-se-ia que só o Programa Cisternas, com a água para consumo humano e produção, deveria triplicar seu orçamento e metas para se chegar a meta final de cerca de um milhão e duzentas mil famílias incluídas; mas de igual modo, ampliar o Bolsa Família e qualificá-lo sempre mais; ampliar programas de assistência social e alimentar; ampliar e aprofundar o raio de atendimento do PAA, nas suas varias modalidades;



2. O MDA tem diante de si a continuidade e enraizamento de políticas que começam a fazer a diferença. Uma delas o Pronaf, com ênfase para seus processos de crédito que começam a considerar as dimensões de um diferenciamento que inclua efetivamente o Semiárido; a consolidação da Lei de ATER; que inicia sua caminhada neste segundo semestre de 2010, assim como o PAA;
3. Não menos estratégica para a reversão da situação do Semiárido tem sido a CONAB, dado que: lida com informações fundamentais para a formulação da política agrícola; atende populações sob risco e/ou insegurança alimentar e nutricional - distribui alimentos para populações em insegurança alimentar e atingidas por catástrofes climáticas, no Brasil e em ajuda humanitária internacional - ; opera um dos principais instrumentos de política agrícola, a PGPM (Política de Garantia de Preço Mínimo), com aquisições ou subvenções para produtos agrícolas que compõem a cesta básica, para o setor de rações, fibras vegetais e, ainda, para os produtos da sociobiodiversidade (produtos do extrativismo); dá sustentação operacional a programas e políticas públicas dos Ministérios Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA) e Pesca e Aqüicultura (MPA) e opera o PAA.

Neste contexto, Excelentíssima Senhora Presidenta, é nossa leitura e entendimento que estes Ministérios e Companhia não apenas têm que ser mantidos, como garantidos enquanto estratégias e instrumentos de ação do Partido dos Trabalhadores (PT) e **com pessoas que historicamente têm compromisso com esta causa e ajudaram a construir um novo cenário para o Brasil nestes oito anos.**

Por esta razão, a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) – com suas mais de 3 mil organizações que atuam voltadas para a viabilização do Semiárido e a cidadania de seu povo – data vênia, vem solicitar/propor a Vossa Excelência os nomes da Ministra Márcia Lopes, para continuar à frente do MDS; do companheiro Silvio Porto, para a Presidência da CONAB; e do ex-governador e senador eleito pelo Piauí, Welington Dias, para o MDA.



Temos certeza de que com estes nomes, a história, o compromisso e a competência que eles representam, estaremos dando passos significativos para que o Semiárido e o Brasil possam efetivamente incluir todos os seus filhos e filhas na esteira do desenvolvimento sustentável.

Respeitosamente,

Valquíria Alves Smith Lima
Coordenadora Executiva da ASA pelo Estado de Minas Gerais
Presidente da Associação Programa
Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido (AP1MC)
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)